

# AÇÃO AFIRMATIVA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

TATAU GODINHO

Em 1991 o Partido dos Trabalhadores aprovou uma medida inovadora uma cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção partidária. Medida inovadora para o Brasil pois na verdade nos Estados Unidos e em varios países europeus os anos 90 são um periodo de avaliação e consolidação de politicas de ação afirmativa como as cotas desenvolvidas em diferentes areas (no mercado de trabalho sistema educacional meios de comunicação espaços politicos)

Na Europa desde a decada de 1980 varios partidos tomaram a iniciativa de aprovar cotas minimas de mulheres em suas direções e frequentemente tambem nas listas de candidaturas ao parlamento. A medida provocou imenso impacto acendendo um debate que segue até hoje. Em parcela importante dos países industrializados as propostas de ação afirmativa e politicas de cotas constituem hoje parte da cultura politica e sua incidência extrapola a estrutura partidaria especificamente nos países em que a politica foi adotada por partidos com grande peso na vida politica nacional<sup>1</sup>. Em alguns casos a determinação de medidas de ação afirmativa e cotas minimas de participação de mulheres estende-se tambem aos cargos politicos e de administração sob a responsabilidade dos partidos nos governos<sup>2</sup>.

No Brasil entretanto a experiência de uma politica sistemática de ação positiva antidiscriminatória em favor das mulheres ainda é bastante limitada. E o debate propostas e experiências concretas começaram a se desenvolver muito recentemente. O âmbito de nossa discussão aqui é o alcance dessas medidas em

---

<sup>1</sup> O Partido Verde e o PDS (ex Partido Comunista) na Alemanha adotaram cota minima de mulheres de 50% os partidos social democratas na Alemanha Suécia e Dinamarca assim como o PDS na Italia têm hoje uma cota minima por sexo de 40%. Na Noruega o Partido Socialista de Esquerda e o Partido Verde instituíram cota minima de 50% e o Partido Social Democrata de 40%. LANG Regina *Frauenquoten der einen freud des anderen leid* Bonn J.H.W. Dietz Nachf. 1989 ILDESSES Brasil

<sup>2</sup> A Noruega e um exemplo tambem no parlamento aumentou a presença de mulheres e a vida publica foi adquirindo um ar misto e integrado e perdendo o carater sexista que apresentava anteriormente. O aspecto interessante do caso e que a medida acabou sendo muito popular na sociedade norueguesa e diversos partidos politicos passaram posteriormente a impo-la em suas fileiras. So o Partido Religioso Cristao nao aprovou uma medida deste tipo de todas as formas foi um processo que produziu um enorme dinamismo na vida publica do país. ALBERDI Ines e ALBERDI Isabel *La Participacion Política de las Mujeres* In Fundacion Friedrich Ebert Centro de Documentacion y Estudios *Cuota Minima de Participacion de Mujeres* discusion y resoluciones del Partido Socialista Obrero Español Assunção Paraguai F.F. Ebert CDE 1991 p.30

espaços de participação política em particular no Partido dos Trabalhadores. Por ser experiência recente o seu período de aprovação e aplicação cobre pouco mais de quatro anos. Isso significa, no caso da direção nacional do partido, que em agosto de 1995 inicia-se apenas a segunda gestão em que os organismos de direção (Diretorio Nacional e Comissão Executiva) são compostos contemplando uma política de cota mínima de mulheres<sup>3</sup>

### O significado das políticas de ação afirmativa

Pressionados pelo crescimento da participação feminina no eleitorado que saltou de 35% em 1974 para pouco mais de 50% em 1990, pela inserção crescente e significativa das mulheres no mercado de trabalho, elevação de seu nível educacional, presença nos movimentos sociais e pelo movimento de mulheres, os partidos políticos no Brasil, à semelhança de outros países, passaram a colocar em sua agenda política e principalmente eleitoral a interlocução com a temática de direitos ou interesses das mulheres. Processo que, em alguns partidos, foi também resultado de uma pressão interna das mulheres organizadas.

Se a temática **mulheres** começou a aparecer, embora de forma muito diferenciada, nos diversos discursos partidários, em particular nos momentos de eleição, uma história diferente e seu acesso aos cargos da hierarquia partidária ou de representação pública. O processo de exclusão das mulheres das esferas do poder político é tão generalizado que nem mesmo as debilidades do movimento de mulheres no nosso país podem ser invocadas como determinantes para sua pouca presença nos espaços de poder. O quadro do parlamento de alguns dos países industrializados, onde o feminismo se constituiu como força muito mais organizada que no Brasil, é um dado para a reflexão sobre a necessidade de políticas específicas para romper com a quase exclusividade masculina nestas esferas.

Países	As Mulheres no Parlamento	
	Ano de Eleição	% de Mulheres
Espanha	1989	14,6
Italia	1987	12,8
Estados Unidos	1990	6,4
Reino Unido	1987	6,3
França	1988	5,7

Fonte: DUBY G e PERROT M (org) *Historia das Mulheres* Porto Afrontamento/São Paulo: Ebrasil, 1995, v. 5, O século XX, p. 553<sup>4</sup>

<sup>3</sup> A cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias foi aprovada no Primeiro Congresso do PT realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 1991. Naquele ano o partido não renovou suas direções. As direções estaduais e municipais foram renovadas pela primeira vez, já com o dispositivo das cotas em 1992 e a direção nacional em 1993.

<sup>4</sup> O quadro citado apresenta vinte países. Foram selecionados como exemplificação alguns onde o movimento de mulheres se constituiu como um movimento forte. Os percentuais mais altos de mulheres no parlamento são dos países escandinavos, onde políticas de ação afirmativa, com cotas mínimas, existem já há algum tempo.

Ao analisar a participação política das mulheres nos países industrializados ocidentais em *Historia das Mulheres* Mariette Sineau aponta um fato banal mas que fala por si não ha parlamento algum onde neste final do seculo XX as mulheres atinjam a paridade numerica com os seus colegas masculinos. E expressa o inconformismo com as dificuldades de mudança o imobilismo institucional interrogando se não seria a politica ultimo refugio da virilidade? Eis a questão para a qual remete a resistência aparentemente universal dos homens a partilhar nesta esfera o poder<sup>5</sup>. Infelizmente não o ultimo mas sem duvida um reduto extremamente dificil de ser ocupado. A experiência europeia demonstra que esta realidade so se alterou naqueles países em que os partidos politicos adotaram politicas de ação afirmativa incentivando e garantindo um numero minimo de mulheres em suas direções e listas eleitorais<sup>6</sup>.

No Brasil a proporção de mulheres eleitas para o parlamento e tambem extremamente reduzida. Ocorreu uma elevação importante em meados da decada 1980 mas se estabilizou em um patamar inferior a 10%. Em 1990 entre os 503 deputados federais foram eleitas 29 mulheres (5,8%) em 1994 o total subiu para 513 e foram eleitas 33 mulheres correspondendo a 6,4% (Dados fornecidos pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara Federal). Para o Senado Federal composto por 81 membros foi eleita uma mulher em 1990 e cinco em 1994.

Número de mulheres eleitas para a Câmara Federal no Brasil														
Eleição	1934	1946	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994
Mulheres eleitas	01	0	01	02	01	01	06	01	01	02	08	26	29	33

Os elementos centrais da discussão sobre a legitimidade de politicas de ação afirmativa estão relacionados as questões de democracia, igualdade e direitos. Sua defesa parte do pressuposto de que frente a desigualdade social existente entre homens e mulheres e necessario estabelecer uma politica consciente para sua superação. Este elemento contrapõe se a uma visão de igualdade formal estritamente fundada na definição de direitos e deveres iguais independente das condições sociais dos individuos. Uma politica de ação afirmativa significa decisão consciente e explicita de intervir sobre as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, uma avaliação de que ainda que haja direitos formalmente iguais, isso não corresponde a igualdade real para o acesso e exercicio do poder.

<sup>5</sup> SINEAU Mariette *Direito e Democracia*. In DUBY G e PERROT M. (org.) *Historia das Mulheres*. Porto Afrontamento/Sao Paulo: Ebrasil, 1995, v.5, O seculo XX, p. 567 e 574.

<sup>6</sup> O exemplo da Alemanha e bastante significativo. Em 1980 as mulheres constituam 8,4% do parlamento. Em 1995 constituem 26,5% em um total de 672 membros. No caso dos maiores partidos a coalisao dos Verdes elegeram 49 parlamentares sendo 29 mulheres (59,2%), o Partido Social Democrata (SPD) elegeram 252 sendo 85 mulheres (33,7%), a coalizao da democracia crista (CDU/CSU) que nao tem cotas de mulheres elegeram 294 sendo 42 mulheres (14,3%), os liberais que tambem nao têm politica de cotas elegeram 47 sendo 8 mulheres (17%). Informações obtidas no ILDES/FES, Brasil.

## As cotas no PT alterando uma dinâmica de exclusão

A presença das mulheres significou uma alteração radical na composição de gênero das direções do Partido dos Trabalhadores. Desde o surgimento do partido em 1980 as direções nacionais mantiveram uma regularidade nesta composição em geral com mais de 90% de seus integrantes sendo do sexo masculino. A medida que se afunilavam os graus de hierarquia das direções (municipais estaduais e nacional) a proporção de mulheres diminuía. Esse fenômeno que não é característico do PT expressa um processo de divisão sexual de trabalho, papéis e funções já bastante discutido no movimento de mulheres que coloca barreiras à entrada das mulheres nas esferas de poder público<sup>7</sup>.

Diretorio Nacional do Partido dos Trabalhadores (proporção entre mulheres e homens)					
Ano de eleição da direção	Total de membros	Homens		Mulheres	
		Numero	%	Numero	%
1981	92	84	- 91,3	8	8,7
1984	66	62	- 93,9	4	6,1
1986	81	76	- 93,8	5	6,2
1987	81	77	- 95,1	4	4,9
1990	82	77	- 93,9	5	6,1
1993	84	59	- 70,24	25	29,76
1995	83	58	- 69,88	25	30,12

Fonte: Partido dos Trabalhadores. *Boletim da Secretaria Nacional de Mulheres do PT* nov 1991. Resoluções do 8º Encontro Nacional 1993 e Resoluções do 10º Encontro Nacional s/d.

Obs: Estes números não incluem os líderes da bancada no Congresso.

O quadro da presença das mulheres na direção nacional do PT anteriormente à política de cotas denuncia esse procedimento. Certamente uma lógica de exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além do partido político. Mas é fortalecida através de mecanismos que reproduzem internamente a divisão sexual do trabalho, determinando valorização diferenciada de tarefas e papéis e estigmatizando as mulheres em espaços de poder considerados secundários - o que é identificado como feminino e desvalorizado. Assim, a maneira como se concretizam as relações partidárias e os mecanismos de seleção das direções, ao invés de introduzirem críticas a esta segmentação, mais a reforçam.

Os modelos de direção baseados fundamentalmente no desempenho individual nas relações pessoais privilegiadas com a mídia, no exercício de habilidades pouco desenvolvidas no processo de socialização das mulheres, como falar em público e a presença constante de métodos de disputa extremamente agressivos, sem dúvida

<sup>7</sup> Aqui nos referimos aos espaços públicos em oposição à vida privada e não em oposição à chamada iniciativa privada. Ou seja, o espaço público pode se referir ao Estado ou aos diferentes aspectos da sociedade civil.

dificultam a entrada e permanência das mulheres em espaços de direção partidária. Frequentemente a simbologia e a linguagem do poder expressam uma pretensão superioridade masculina. E neste ambiente que as mulheres terão que se construir como dirigentes.

Assim como no mercado de trabalho são extremamente relevantes as dificuldades advindas da situação familiar das mulheres, da divisão sexual do trabalho em casa e da ausência de políticas sociais que facilitem sua inserção na vida pública. E pesam muito mais em uma área onde a organização do tempo disponível para a atividade política é pouco adaptada aos horários tradicionais da vida familiar. O perfil e a situação pessoal de militantes e dirigentes da CUT revelados em uma pesquisa em 1988 é bastante significativo e com certeza comparável a realidade do partido entre os participantes do 3º Congresso Nacional da CUT. As mulheres presentes apresentavam maior escolaridade, desempenhavam atividades profissionais de maior qualificação e, ao contrário dos homens, eram na maioria solteiras ou separadas. Ou seja, para qualificarem-se como dirigentes, as mulheres têm que apresentar maior grau de escolaridade, maior qualificação profissional, mais tempo de militância que os homens e sacrificarem a vida conjugal.<sup>8</sup>

### **Uma conquista das mulheres**

A polêmica sobre a eficácia, oportunidade e legitimidade da política de cotas incentivou no Partido dos Trabalhadores o debate sobre a opressão das mulheres (feminismo, direitos das mulheres, relações entre homens e mulheres etc.) e ainda que em uma camada mais restrita de militantes, sobre os diferentes aspectos da democracia partidária.

As componentes da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, que impulsionava o debate e a campanha pela aprovação das cotas, exploraram este vies. O Partido dos Trabalhadores, um partido inovador na história política nacional, vinculado aos movimentos sociais, que coloca em seu programa a luta contra todas as formas de opressão, que se identifica com a luta dos setores oprimidos e manifesta preocupação com mecanismos de participação democrática, era um campo profícuo para se questionar a desigualdade de representação entre homens e mulheres. Em um período de debate sobre o funcionamento interno do partido, a coerência do discurso de luta pela igualdade via-se arranhada com a exposição dos números. Afinal, não se podia argumentar que as mulheres não estivessem na base do partido (a campanha pela aprovação das cotas foi bastante agressiva em expor o contraste da presença das mulheres nas direções e na base total de filiados)<sup>9</sup> e, além disso, a atuação engajada das mulheres era bastante reconhecida.

Por outro lado, no momento em que se introduzia esta discussão, o tema de políticas de ação afirmativa era praticamente ausente da sociedade como um

---

<sup>8</sup> CASTRO, Maria Sílvia Portella. *Feminismo e Democracia*. In: CUT/CEDI. *Camuflagem e Transparencia*. As mulheres no sindicalismo, 1991. Infelizmente não existem dados de pesquisa disponíveis comparando de forma semelhante homens e mulheres da militância e da direção do Partido dos Trabalhadores.

<sup>9</sup> Apesar de não se dispor de dados de filiação nacional por sexo, os quadros de alguns estados apresentados na época são bastante eloquentes: a filiação de mulheres correspondia a 38,8% em São Paulo, 42,9% no Rio de Janeiro, 39% no Rio Grande do Sul, 35,5% no Paraná, 44,8% em Pernambuco (dados fornecidos pelos TREs). Partido dos Trabalhadores. *Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT*, nov. 1991.

todo e mesmo dos setores acadêmicos ou do movimento de mulheres no Brasil<sup>10</sup>. A discussão partidária não podia valer-se de comparações mais próximas que contribuissem na argumentação interna. Os exemplos mais conhecidos eram todos europeus<sup>11</sup>. Este isolamento foi quebrado pela aprovação de uma política similar na Central Única dos Trabalhadores. Aos poucos a temática e propostas semelhantes passaram a ocupar outros espaços, ampliando as condições para a legitimação e continuidade da política implementada no Partido dos Trabalhadores.

A primeira consequência positiva da aprovação da política de cotas foi um desbloqueamento do espaço das mulheres no partido. A sua presença nos órgãos de direção criou condições mais propícias para a alteração das relações cotidianas entre homens e mulheres. Tornou-se mais frequente no partido a cobrança para que as mulheres ocupem cargos de representação. Ao mesmo tempo a nova situação impulsionou as mulheres a ousarem disputar e apresentar-se politicamente.

Uma grande parte dos reflexos desta política é dificilmente mensurável, embora eles sejam significativos para a vivência cotidiana no partido. Como um alerta crítico frente à discriminação das mulheres, ativistas e membros das direções passaram a ter preocupação, ainda que às vezes expressando incômodo, quanto à reprodução dos mecanismos de discriminação de sexo no cotidiano da vida partidária, na linguagem e nas atitudes<sup>12</sup>. Alterações aparentemente pequenas, mas que diminuem a misoginia característica dos espaços de atuação política.

Mas o reflexo mais marcante do debate e implementação de uma política de cotas foi a reação da grande maioria das ativistas partidárias diante da vitória. Embora permanecessem e ainda permaneçam dúvidas e questionamentos quanto à proposta, sua aprovação foi identificada como uma conquista coletiva das mulheres. Isso ampliou a identidade das militantes com a plataforma defendida pelas mulheres organizadas no partido, sua identificação enquanto mulheres (lutas e reivindicações de gênero), mesmo que com caráter contraditório. Não significou necessariamente uma identidade de todas como feministas. Ainda que as mulheres organizadas no partido sejam, em geral, assim identificadas, para uma grande parte das ativistas partidárias permanece a contradição bem expressa por Celi

---

<sup>10</sup> A proposta de uma cota mínima de mulheres para as direções foi inicialmente levantada para ser apresentada ao partido durante o 2º Encontro Nacional de Mulheres do PT, 1988. Neste Encontro, com delegadas eleitas nos estados, debateu-se a oportunidade ou não de abrir no partido a discussão sobre uma política de cotas. Derrotada por pequena margem de votos, a proposta ressurgiu em 1990 quando, em meio a um debate mais amplo de construção partidária, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT decidiu levar novamente a proposta ao 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT, realizado em agosto de 1991, em Ibirite, MG. Desta vez, entretanto, a discussão chegou ao fórum das mulheres petistas como parte de uma plataforma de políticas de ação afirmativa já bastante preparada. O trabalho principal da equipe que coordenava o Encontro seria a negociação de uma proposta unificada, de forma a garantir-lhe mais força na disputa geral do partido.

<sup>11</sup> Na Argentina a medida de cotas mínimas de mulheres aos cargos parlamentares foi aprovada em novembro de 1991, no mesmo mês em que foi aprovada no PT. A semelhança com o que ocorreu no Brasil em 1995 foi instituída pela legislação eleitoral. Um dado extremamente relevante é a diferença do processo eleitoral no Brasil, já que aqui a eleição não se dá por listas partidárias, como na maioria dos países europeus e na Argentina, mas por votação em candidaturas individualizadas. Como aqui se trata do primeiro ano em que é aplicada, há que se esperar o impacto no resultado final das eleições municipais de 03 de outubro de 1996.

<sup>12</sup> Aumentou também a lembrança espontânea, em tratar do tema na intervenção pública do partido.

Regina J Pinto o feminismo atinge a própria identidade do sujeito mulher identidade esta não apenas social e psíquica e escancara uma relação de poder que atinge tanto os lugares públicos de exercício da cidadania como a intimidade da própria cama ( ) A clássica dicotomia entre ser feminista e ser feminina tão presente no discurso das mulheres tanto ao nível público quanto privado e paradigmático da inscrição da naturalização das relações de poder A mulher na medida em que se torna feminista deixaria de ser feminina o que seria a identificação com a condição natural de ser Portanto o sujeito feminista constitui-se através desta radicalidade que transforma as relações sociais e pessoais do sujeito mulher anterior diferentemente de muitos outros movimentos que ao constituírem seus sujeitos reforçam identidades e papéis já existentes como e o caso mais evidente do movimento de mães A natureza do sujeito feminista é uma condicionante importante da dificuldade de constituição de novos sujeitos ou mesmo da identificação mais instrumental das mulheres com as propostas feministas durante uma campanha eleitoral por exemplo <sup>13</sup> A imagem da mulher que disputa os espaços de poder público de dirigente política e já uma transgressão Que permanecerá enquanto estas mulheres forem de fato apenas exceções

### Reconstruindo visões valores e direitos

A discussão sobre políticas de ação afirmativa em especial a política de cotas apresenta sempre várias dúvidas sobre sua legitimidade e eficácia No PT os argumentos contrários foram os mais variados a qualificação da proposta como paternalista ou administrativa o questionamento sobre a capacitação política das **mulheres de cota** a dificuldade de se encontrar mulheres capazes e dispostas a assumir a direção o **risco** de se fragilizar o partido ao se compor uma direção menos experiente a visão da cota como uma penalidade ou imposição principalmente quando o número de vagas disponíveis é pequeno a difícil compreensão e aplicabilidade do mecanismo numérico para o conjunto do partido a crítica de que uma direção partidária não se pode compor por elementos que expressem interesses federativos ou corporativos a cobrança de medidas globais ao invés de mecanismos localizados e finalmente a arbitrariedade e artificialidade de uma medida numérica ou percentual Entre as mulheres observa-se com frequência um receio de se verem desqualificadas pelo argumento de que as **mulheres de fato capazes não precisam do mecanismo das cotas** E há dúvidas quanto a efetividade das mudanças que esta política possa engendrar

No momento exato de compor as direções as teses do debate dão lugar ao difícil impasse e decisão sobre qual militante do sexo masculino deverá ficar fora de um organismo de direção já que as mulheres devem aí estar Neste momento crucial expõem-se a tensão e dificuldade concretas de se alterar a **cota histórica dos homens** que sem precisar de legislação escrita e aprovada lhes garante em geral mais de 90% dos cargos nos partidos e demais espaços onde o poder político é exercido

---

<sup>13</sup> PINTO Celi Regina Jardim Mulher e Política no Brasil os impasses do feminismo enquanto movimento social face as regras do jogo da democracia representativa *Revista Estudos Feministas* Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ número especial 2/94 p 256 270

A ousadia do PT já tem uma pequena história a ser contada. De um debate inicialmente bastante duro onde não faltaram ironias ou desqualificações dos argumentos, estamos hoje em um momento de consolidação desta política em que propostas semelhantes também repercutem na sociedade, como a cota mínima de 20% de mulheres para as candidaturas parlamentares. Seria falso dizer que estão superadas as resistências. Reaparecem a cada momento em que as disputas renovam ou que o debate vem à tona. Mas a experiência demonstra que os principais temores não se concretizaram: as mulheres saíram do anonimato e ocuparam seu espaço, não como dirigentes **corporativas**, mas no desempenho integral de suas funções; o partido não se debilitou na organização interna, nem perdeu espaço político por causa das mulheres (alias, não se pode negar que é hoje uma marca política e simbólica do Partido dos Trabalhadores no país, a sua bancada feminina no Congresso Nacional); as mulheres não se desvalorizaram, mas, ao contrário, muitas mais tiveram melhores oportunidades de se destacar.

A experiência também encara com sucesso uma dúvida com frequência levantada a respeito das mulheres enquanto sujeitos políticos. Quem serão as responsáveis por ocupar os espaços de poder abertos pelas cotas? Se a estes espaços ascenderão mulheres que não têm consciência da opressão de gênero, do ponto de vista ideológico não valerá o esforço, ou a própria política, uma vez que sem consciência feminista as mulheres farão política sem nenhuma distinção em relação aos homens? Mas trata-se de uma concepção de política e democracia de gênero. São todas as mulheres o alvo desta política. A política de cotas, ou a discriminação positiva em geral, não é uma política de espaço para as mulheres conscientes, mas para todas as mulheres, reforçada pela convicção de que sua presença **coletiva** é elemento essencial para se alterarem as relações de gênero. O desenvolvimento de sua consciência feminista pode ligar-se à ampliação dos espaços de poder, mas faz parte de outro aspecto também importante das estratégias de ação afirmativa<sup>14</sup>.

A presença das mulheres, de forma coletiva, impõe alterações na dinâmica da relação entre os sexos e força os espaços partidários a não funcionar exclusivamente como **clubes masculinos**. A cota favorecedora desta mudança é parte de uma política global de médio e longo prazo que busca alterar as condições gerais de participação política das mulheres, incidindo sobre o conjunto dos mecanismos que levam à exclusão feminina. Significa, entre várias outras medidas, desenvolver condições que favoreçam seu bom desempenho nos cargos de direção, o treinamento para o exercício deste poder, a criação de um ambiente partidário não misógino. Uma grande parte destas mudanças corresponde a um processo de alteração de hábitos e valores a serem reconstruídos nas relações cotidianas. As medidas apresentadas pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, à época, procuravam contemplar vários destes elementos<sup>15</sup>. Talvez por ser a única iniciativa

---

<sup>14</sup> Não queremos minimizar aqui a importância do elemento consciente na intervenção política, razão por que consideramos essencial a manutenção do polo dinamizador da política feminista no partido, que são as mulheres organizadas em secretarias ou comissões existentes no PT, com graus diferentes de estruturação, desde a fundação do partido.

<sup>15</sup> O 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT aprovou uma série de propostas que buscavam a ampliação da participação política das mulheres através de medidas de ação afirmativa, reconhe-

que incidia diretamente sobre a constituição mesma dos núcleos de direção a proposta de cota mínima de mulheres foi não apenas a mais polêmica mas a única efetivamente disputada. E ainda que o partido aprove como já foram aprovadas outras medidas necessárias a criar condições para a participação feminina nenhuma delas alterou de forma tão significativa o acesso e o papel das mulheres no partido.

No caso do Partido dos Trabalhadores podemos citar exemplos que ainda não constituem uma política consistente na comunicação ou veículos de debate interno na organização de creches e na formação política. Os organismos de imprensa partidária estão hoje mais preocupados em procurar articulistas mulheres ou tratar de temáticas que digam respeito especificamente as mulheres embora isso não adquira um volume tal que afere significativamente o conteúdo a linguagem ou mesmo a composição de gênero do conjunto da imprensa partidária. A instituição de creches nos momentos de reuniões partidárias mais amplas uma proposta mantida nos níveis de direção e precariamente aplicada nos espaços mais próximos da base. Não existe política específica de formação que possibilite as mulheres maior segurança para as tarefas partidárias<sup>16</sup> e a própria existência desta política ainda é vista como atribuição exclusiva das mulheres. No essencial políticas complementares de ação afirmativa para além das cotas ainda são esperadas como iniciativas naturais das mulheres ou consideradas como sua responsabilidade.

### **30% uma decisão política**

Resta ainda refletir sobre as implicações de se definir uma medida numérica ou percentual. Esta definição será sempre e foi no caso do PT arbitrária e depende fundamentalmente de avaliação e opção políticas. No caso dos espaços de poder os critérios para definição serão com certeza a análise da composição de gênero do partido a força das mulheres para entrar nesta disputa e uma avaliação de um mínimo que produza uma alteração objetiva da correlação de forças entre mulheres e homens<sup>17</sup>. O objetivo geral de alterar as relações de

---

cimento da igualdade entre homens e mulheres no enunciado dos princípios gerais do partido reconhecimento da organização interna das mulheres como Secretaria política de formação para as mulheres bem como presença da temática feminista na política geral de formação do partido e na imprensa exigência de organização de creches durante os encontros partidários etc. Desde o primeiro momento entretanto ficou evidente que o centro dos debates seria a proposta de cota mínima de mulheres nas direções.

<sup>16</sup> E bem verdade que a política de formação do partido está no geral mais debilitada nos últimos anos o que em si mesmo acarreta um prejuízo para as mulheres bem como jovens e novos militantes.

<sup>17</sup> Ao mesmo tempo foi preciso responder ao argumento da realidade diferenciada do partido em regiões e das condições distintas de sua implantação. Aprovou-se então a possibilidade de compor as direções obedecendo a proporção direta de homens e mulheres entre os filiados presentes no momento da eleição da direção. O texto aprovado determinava que na composição final das direções nacional estaduais e municipais e suas executivas será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres como um passo necessário a construção da democracia de gênero ( ) Transitariamente considerando-se a realidade diferenciada do partido nos diversos níveis municipal e estadual ( ) poderão como alternativa constituir-se tendo como referência mínima a proporção da presença de mulheres no respectivo Encontro. Neste caso a composição da chapa final de delegados ao Encontro de nível superior obedecerá o mesmo critério. PARTIDO dos Trabalhadores Resoluções do 1º Congresso São Paulo 1992 p. 73.

poder entre os sexos construir condições de igualdade de acesso e exercício do poder e sem dúvida condicionado pela situação em que se encontram os atores da disputa política. Pois trata-se em última instância de um dos instrumentos na construção da igualdade de fato entre homens e mulheres (que pressupõe vários outros aspectos de mudança social). O que torna ainda mais claro que sua eficácia depende do grau de organização daqueles interessados em garantir sua permanência e seus objetivos mais amplos no fundamental das mulheres. Ainda que haja uma cobrança e responsabilização das direções pela aplicação de uma política de ação afirmativa seu sucesso está diretamente relacionado a existência de mulheres organizadas em torno da defesa de seus interesses. Nenhum direito e por si só permanente. Muito menos os que interferem em privilégios milenares e arraigados na consciência como o que atribui aos homens o exercício do poder político.